GUIDO MANTEGA

A FÓRMULA DO NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Ministro da Fazenda explica por que a política econômica de Lula ajudou a mudar a face do Brasil e da indústria da construção

Edney Cielici Dias e Fernando Garcia



"MUDOU DA água para o vinho." Poucos ministros da Fazenda puderam chegar ao último ano de sua administração e repetir várias vezes essa expressão a respeito dos resultados obtidos. De fato, comparado com janeiro 2003, quando se iniciou a gestão do presidente Lula, o Brasil mudou muito, assim como o mundo ganhou outra face, numa certa composição de *virtù* e *fortuna*.

Nesta entrevista com o ministro Guido Mantega, a **Conjuntura da Construção** procurou entender um pouco melhor os fatores que condicionaram os avanços na economia brasileira no período, entre eles o "renascimento" da cadeia da construção. A conversa privilegiou em boa medida o aspecto acadêmico de Mantega, professor de teoria do desenvolvimento econômico da **Fundação Getulio Vargas**.

"Há uma inclusão no consumo. Hoje o cidadão de baixa renda pode ter uma moto, um carro, uma casa. Com o aumento da massa salarial, da renda individual e mais o crédito, a condição de vida muda da água para o vinho."

O modelo de desenvolvimento colocado em prática a partir de 2003 combina políticas de estímulo ao setor privado com políticas sociais de fortalecimento do poder de compra e pressupõe um Estado capacitado gerencialmente. Paralela-

mente, privilegiam-se soluções conjuntas, em diálogo com o empresariado e a sociedade civil. Ninguém nega que até agora a fórmula deu certo, e a entrevista ajuda a entender por quê. Para o futuro, de acordo com Mantega, a atual configuração da economia brasileira é compatível com um crescimento médio anual do PIB superior a 5% até 2015.

A entrevista-aula durou duas horas e se deu de maneira descontraída. Seguem-se abaixo os principais trechos, agrupados por tópicos temáticos para facilitar a leitura.

Preparo para o crescimento

Adotamos uma política desenvolvimentista no governo Lula. Buscamos estimular um crescimento mais vigoroso do PIB, que deixasse para trás aquelas taxas de 2% a 2,5%. No governo Fernando Henrique Cardoso, a economia estava estabilizada do ponto de vista da inflação, mas possuía alguns desequilíbrios. Do ponto de vista fiscal, havia uma dívida líquida em relação ao PIB elevada e também um forte desequilíbrio externo. A vulnerabilidade do país era grande. O primeiro passo foi eliminar esses desequilíbrios, principalmente o externo, a partir de uma política de forte estímulo às exportações, aproveitando a onda de expansão do comércio internacional.

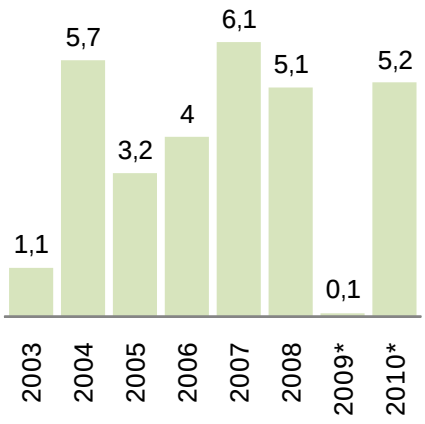
Passamos a acumular reservas, o que foi fundamental para diminuir a vulnerabilidade externa. Consolidamos o ajuste fiscal, pois, a rigor, o governo Fernando Henrique começou o ajuste fiscal somente no segundo mandato – no primeiro, houve desequilíbrios e só mesmo em 1999 passou-se a fazer uma política de superávit primário mais eficaz. Nós aumentamos as metas de superávit primário e, de alguma forma, elas persistem até hoje.

Cuidamos primeiramente dos fundamentos da economia. A própria inflação se consolidou em um patamar mais baixo – o Real foi um grande plano, mas a inflação podia voltar. A equação câmbio-política monetária não estava muito bem ajustada e fizemos o ajuste, com a manutenção do câmbio flutuante e o reforço dos fundamentos externos. Criamos então as condições para um crescimento mais vigoroso.

Combinação de políticas

Colocamos em prática políticas de estímulo ao crescimento da economia combinadas com políticas de transferência de renda, para fortalecimento da capacidade de consumo das camadas mais pobres da população. Trata-se de uma combinação da política econômica com uma política social, com fortalecimento do mercado interno. Até 2005, a demanda externa que estimulou a economia. A partir de 2006, o mercado interno se combina com o mercado externo, mas a força dominante de expansão passa a ser o mercado interno e o investimento.

Crescimento do PIB (%)



Fonte: IPEA, *previsão do Ministério da Fazenda. Dados citados na apresentação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda.

> "Os programas deram resultado combinando o estímulo econômico forte com estímulo social. Não é aumentar o poder de consumo artificialmente como ocorreu outras vezes, em que a festa acaba em inflação."

Nesse contexto, o PAC é um programa de desenvolvimento, um programa macroeconômico. Ele aumenta o crédito e reduz a carga tributária como estímulo setorial, principalmente para o investimento. Contempla um grande programa de saneamento básico, infra-estrutura urbana e, fundamentalmente, energia e transportes. O objetivo é que o crescimento chegasse a patamares de 4% a 5%. Antes, havíamos feito a política industrial, em 2004-2005, que estimulava o desenvolvimento tecnológico.

Novo desenvolvimentismo

O novo modelo de desenvolvimento tem um mercado interno mais forte, constituído pela inclusão social de grandes segmentos da população. Isso é um mérito do presidente, pois a área econômica é mais conservadora – se puder, faz uma economia. Mas o presidente bateu muito nessa tecla de aumento do salário mínimo, pois não é um aumento de despesa, mas um aumento de poder de consumo e uma melhoria social. Criticaram o Bolsa Família, tachando-o de mero assistencialismo. Não é nada disso, trata-se de um programa que leva as crianças à escola.

O Programa Luz para Todos significa luz para 10 milhões de pessoas, ou seja, a dimensão de um país inteiro. Você sabe a diferença que faz levar luz à casa do cidadão? O cidadão que não tem luz não tem geladeira, não tem televisão, não tem informação, não tem leitura, não tem estudo, não tem nada. Do ponto de vista de custo, são os segmentos em que é mais caro levar a energia.

Esses programas deram resultado combinando o estímulo econômico forte com estímulo social. Não é aumentar o poder de consumo artificialmente como ocorreu outras vezes, em que a festa acaba em inflação. O segredo da coisa é que ela foi feita de forma sustentável, em que foram sendo criadas as condições de produção, de produtividade, de investimento, de geração de emprego. É um novo modelo, sem populismo.

Criou-se então um mercado de massa que não havia no país, com mais de 100 milhões de pessoas como classe média. Quando começou o governo Fernando Henrique, o nível de pobreza era de 24% da população. Com

Fernando Garcia

o Plano Real, esse percentual diminuiu para 17%. Nós baixamos de 17% para 8% em 2008. Assim foram superadas as metas do milênio, esperadas para 2015.

Capacitação do Estado

Como o Estado brasileiro estava meio atrofiado, desacostumado e desaparelhado para trabalhar de forma mais ativa, demorou um certo tempo para que as políticas tivessem eficácia. Não tínhamos projetos de infra-estrutura. Não se coloca um investimento em prática se não tem projeto – e o projeto leva um ano. Aí então já se começa atrasado.

Na área habitacional, há o caso da Caixa Econômica Federal, que mudou da água para o vinho. Sabe o que fazia a Caixa? Recebia aplicação de poupança e fazia investimento de tesouraria. No período em que as taxas de juros eram altas, os bancos podiam ganhar só com aplicações de tesouraria. Na crise, os bancos estatais fizeram o papel que os bancos privados não quiseram fazer. Não é nada de estatização porque, se o setor privado tivesse entrado, eu não teria estimulado os bancos públicos. Ainda bem que tínhamos bancos públicos eficientes e de qualidade. O Banco do Brasil tem até a desvantagem de ser público porque não tem a mesma flexibilidade de uma instituição privada e tem obrigações adicionais, como cuidar do crédito agrícola, e, no entanto, tem uma rentabilidade elevada. As empresas estatais têm tido lucratividade e são eficientes. Portanto há uma estatização salutar e eficiente.

Procuramos retirar entraves burocráticos para o investimento. Havia, por exemplo, muita demora na obtenção de licença ambiental. Mas antes, como não havia projetos, esse problema não existia. O Ibama teve que ser reaparelhado. Quando a Marina [Silva] assumiu o Meio Ambiente, o Ibama tinha 80 funcionários. Teve que fazer concurso, treinamento e de 80 foi para 400 funcionários e daí para não sei quantos. O processo de reaparelhamento do Estado foi surtindo efeito.

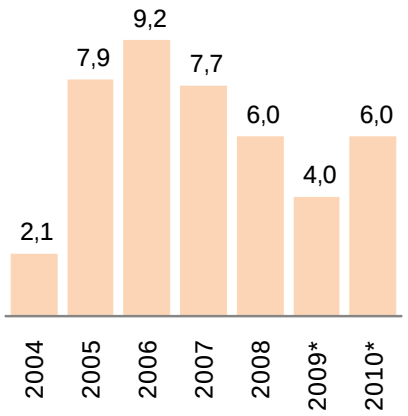
Qual estatização

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, o Estado está entrando compulsoriamente para cobrir prejuízos, o que é bem diferente do que ocorre no Brasil hoje. Aqui isso acontece de uma forma salutar, dinamizando a economia. Aumentou o papel do Estado no Brasil? Aumentou. Tolheu alguma coisa do setor privado? Não tolheu. Deu, sim, oportunidade para que o setor privado se desenvolvesse. Foi a favor dos trabalhadores porque eles melhoraram de vida, mas foi a favor da atividade também. Foi uma conciliação de interesses difícil de acontecer. Isso se deve ao nosso presidente estadista, que sabe fazer isso e nos dá lições.

> "Quando você toma uma medida unilateral, ela pode até ser boa e não dar certo porque não tem legitimidade, porque não tem convencimento. Mas, se você discute a medida e deixa cada um dar a sua contribuição, ela ganha força."

Evolução da massa salarial

Em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: MTE e Cresdit Suisse *Previsões. Dados citados na apresentação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda.

Papel do diálogo

A origem está na própria história do presidente Lula. Uma história de negociação, de diálogo, de soluções. Ele trouxe essa experiência para o governo. Aprendi muito. Eu me lembro que havia medidas que eu ia tomar unilateralmente. O presidente questionava: "Mas você não conversou com os sindicatos? Você não se reuniu com o setor?" Aí eu ia lá me reunir com o setor e saía uma coisa melhor, porque você constrói a solução e envolve os interessados. Quando você toma uma medida unilateral, ela pode até ser boa e não dar certo porque não tem legitimidade, porque não tem convencimento. Mas, se você discute a medida e deixa cada um dar a sua contribuição, ela ganha força.

Em 2009, por sugestão do presidente, nós criamos o Grupo de Acompanhamento da Crise. Ele disse: "Olha, Guido, tem que reunir aí todo o setor empresarial, acompanhar os problemas da crise e tentar resolver". O grupo se reunia uma vez por mês e estavam representados todos os setores da economia, todas as entidades. Esse grupo passou a fazer o balanço dos problemas e das soluções. Isso deu super certo. Eu passei a ter uma visão mais clara do que estava acontecendo, pois muitas vezes as estatísticas demoram. Nós achamos soluções conjuntamente e as colocamos em prática com rapidez.

Uma vantagem do Brasil no combate à crise foi a rapidez na adoção de medidas. Tomamos medidas ousadas rapidamente, coisa que outros países demoraram a fazer. Essa participação foi fundamental. Há também o Conselhão (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), em que a sociedade civil está representada e que tem papel fundamental.

O grupo de acompanhamento poderia ser uma coisa chata – uma reunião mensal de três a quatro horas, em que todo mundo fala –, mas não é. É algo dinâmico, em que cada empresário vê o que ocorre com os outros setores, o que possibilita uma visão macroeconômica que o empresariado não costuma ter. Adicionalmente, o empresário passa a saber o que o governo pretende fazer. Eu me exponho, sou criticado à vontade lá. Os empresários dizem que nunca ti-

veram tanto diálogo com o governo como agora. Os sindicatos também foram ouvidos e por isso também houve menos greves. Há muitas reuniões com os congressistas. Dá muito mais trabalho, porque é mais fácil ficar no gabinete e mandar medida provisória para o Congresso. Como a crise passou, agora será o Grupo de Acompanhamento do Crescimento ou da Competitividade.

Reservas

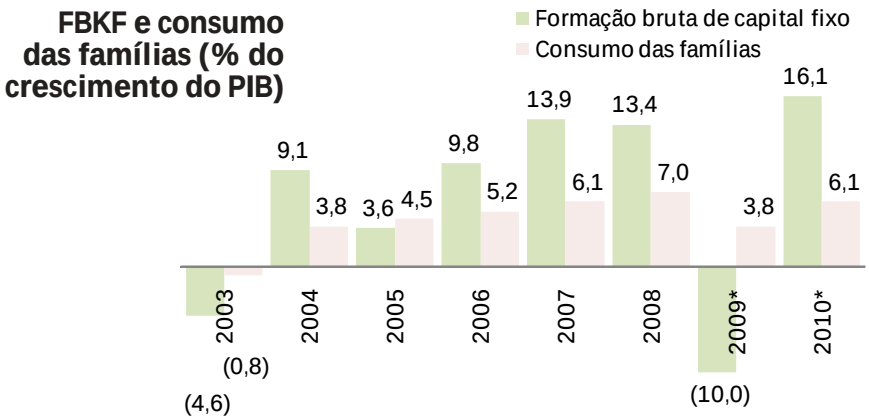
Com a redução da vulnerabilidade externa, as reservas foram crescendo. À medida que o país foi se fortalecendo – tendo saldo em conta corrente e atraindo investimento externo –, foi sobrando dólar e começou a valorizar a moeda. Em economia é assim: você resolve um problema e cria outro. Por isso que o ministro da Fazenda nunca pára de trabalhar. Deixamos uma condição de vulnerabilidade externa, mas com vantagem no câmbio para as exportações, para uma economia mais sólida, mas com o câmbio valorizado. Aí é necessário tomar cuidado senão você mata o crescimento por causa do câmbio. Passamos a comprar mais dólares e a criar reservas. Matamos dois coelhos com uma cajadada.

Crédito

A economia toda se mobiliza e surge a nova classe média, que nada mais é que a evolução do padrão de renda da população, que passa a ter uma capacidade maior com a estabilidade macroeconômica. Então o crédito passa a melhorar, o que é fundamental para estimular o crescimento. O Brasil era um país de curto prazo. Os empresários pensavam no curto prazo: "Vamos faturar logo, sobe o preços porque amanhã não se sabe se continuará faturando". Com os avanços, o crédito passa a ser de longo prazo.

Tomamos várias medidas para estimular o crédito. Por exemplo, criamos o crédito consignado, que é mais seguro. Foram feitos aperfeiçoamentos jurídicos, como a alienação fiduciária [de 1997], que deu solidez às transações. Antes todos tinham medo de emprestar. Os bancos não emprestavam para a habitação porque não tinham garantia nenhuma. O Judiciário não dava retomada do imóvel, do automóvel. Havia uma insegurança jurídica que foi sendo superada. O patrimônio de afetação [de 2004] deu mais segurança ao setor de habitação. O crédito para automóveis deslanchou porque passou a ter segurança jurídica.

Temos R$ 105 bilhões de crédito consignado, isso tudo para a população de baixa e média renda. Hoje no Brasil falamos em bilhões com uma grande facilidade. O crédito passou a crescer 32% ao ano. A massa salarial chegou a crescer 6% ao ano. Nesse contexto, a construção civil ressurgiu das cinzas. Antes ela estava lá, não crescia, marcava passo, não acontecia nada. Aos poucos foram sendo criadas melhores condições para o mercado imobiliário.



Fonte: Bacen *previsão. Dados citados na apresentação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda.

"O crédito passou a crescer 32% ao ano no Brasil. A massa salarial chegou a crescer 6% ao ano. Nesse contexto, a construção civil ressurgiu das cinzas. Aos poucos foram sendo criadas melhores condições para o mercado imobiliário."

Crescimento sustentado

O ano de 2007 foi excelente, com 6,1% de crescimento do PIB. A economia passa para 2008, ano de crise internacional, aquecida. Outros países já estavam desaquecendo – nos Estados Unidos, a desaceleração começou em 2007. Chegamos a 2008 com uma economia muito sólida, com um crescimento de natureza distinta de todos os ciclos anteriores.

Antes, crescia-se à custa do endividamento, à custa da inflação, à custa da dívida externa. Quando se cresce acumulando desequilíbrios, em algum momento é necessário fazer a correção. Quando se cresce à custa da dívida externa, é porque o cenário internacional de juros é baixo, mas depois vêm os juros altos e toma-se uma trombada.

A grande diferença é que conseguimos um crescimento mais forte sem desequilíbrio macroeconômico – essa é a grande novidade. O Estado teve um papel fundamental de estímulo à economia. Por isso que, quando chegou a crise, estávamos melhores. Os outros países tinham liberalizado ao máximo os mercados financeiros. Nós estávamos aqui bem regulamentados, com baixa alavancagem. Esse conservadorismo foi importante.

Como tínhamos muitas reservas, a relação dívida/PIB melhorou com a valorização do dólar e aí pudemos fazer política anticíclica. Nas crises anteriores, o Brasil tinha que subir juros para evitar a fuga de capitais. Antes, fazia-se uma política pró-cíclica, pró-estagnação, com aumento de juros e ajuste fiscal em momento impróprio. Desta vez não tivemos que

subir os juros, ao contrário, foi possível baixá-los.

Cuidado fiscal

Às vezes não se percebe que mudou o PIB com a revisão feita pelo IBGE em 2006. Estávamos com o superávit fiscal de 4,2% e aí caiu para 3,8%. Se não prestar atenção que o PIB aumentou, pensa-se que o superávit foi reduzido. Mais recentemente, nós retiramos a Petrobras, que contribuía com 0,5% da conta. Isso foi uma medida de modernização tributária porque era quase artificial colocar uma empresa estatal só para aumentar o superávit, pois o que interessa é o superávit do governo central, dos Estados e dos municípios. Hoje, quando a gente fala de 3,3% de superávit, é equivalente a 4,2% de lá de trás.

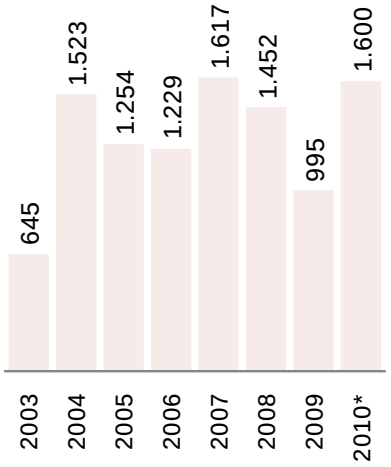
Eu assumi em 2006 e cumpri o superávit fiscal em todos os anos, com exceção de 2009, que foi um ano de crise. Em 2008, nós fizemos o melhor desempenho de toda a série em termos de superávit primário. Aproveitamos para fazer economia e criamos o Fundo Soberano, com 0,5% do PIB de recurso primário que não foi gasto. O superávit oficial de 2008 foi de 4,07%, mas deve-se considerar também o 0,5% do Fundo Soberano. Entramos com poupança na crise. O lado fiscal estava muito bem, assim como a inflação, que ficou sob controle. Antes de a crise estourar, em setembro de 2008, houve um grande aumento de preço de commodities, como alimentos e petróleo. Mesmo nesse momento a inflação ficou dentro da meta. Foi essa combinação que fez com que o Brasil demorasse mais para entrar na crise e saísse mais rápido dela.

Política anticíclica

No crédito, o BNDES entrou rasgando e liberou em 2009 R$ 138 bilhões, 4,2% do PIB, sendo que o padrão em 2002-2003 era R$ 25 bilhões. Foi algo inédito porque o Tesouro colocou R$ 100 bilhões. O *funding* do BNDES atinge R$ 50 bilhões, mais que isso não vai. Não tive dúvida em colocar dinheiro do Tesouro.

Ao contrário de outros países, que colocaram dinheiro para cobrir ativos podres, o dinheiro foi para estimular o investimento e manter a atividade produtiva. O governo não deu dinheiro para empresário, o que fizemos foi facilitar o crédito, baixar a taxa de juros. Criamos uma linha no BNDES para bens de capital que cobra taxas de juros de até 4,5% ao ano, taxa final, sem nenhum adicional. Com a inflação em 4,5%, a taxa real é igual a zero. Colocamos R$ 44 bilhões nesse programa, que se chama PSI (Programa de Sustentação do Investimento). A mensagem era: estamos crise, mas logo a economia vai retomar e, se fosse você, antecipava o investimento. Além de tudo isso, reorganizamos o mercado de capitais, o que é uma grande fonte de financiamento. O mercado de capitais bombou por causa das regras, da fiscalização, da CVM, do derivativo regulado. Certas virtudes aparecem mais numa crise do que fora dela. Fora dela, pode-se dizer que é sorte, que o Brasil estava aproveitando a onda. A crise revelou ao mundo a solidez do Brasil.

Criação líquida de postos de trabalho, em milhares



Fonte: MTE/CAGED. *Projeção. Dados citados na apresentação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda.

> "Certas virtudes aparecem mais numa crise do que fora dela. Fora dela, pode-se dizer que é sorte, que o Brasil estava aproveitando a onda. A crise revelou ao mundo a solidez do Brasil."

Equação do investimento

Com os estímulos, o investimento começou a bombar. Em 2006, tivemos 10% de crescimento do investimento sobre 2005. Em 2007, foram 13,7% em relação a 2006. Em 2008, estava em 20% até o terceiro trimestre, mas fechou em 13%. O investimento estava crescendo muito acima do PIB e do consumo, o que é ótimo. Essa é uma equação boa da economia, é um crescimento de qualidade. Lembra do Cruzado? Era só consumo. Chega uma hora, capota. Tem que ter consumo, mas com o investimento correndo na frente. É claro que, para que haja investimento, o empresário precisa ter segurança de que terá mercado. Ele olha o conjunto de ações do governo e raciocina: o crédito está aumentando, o emprego está aumentando, então posso investir. Acho que o investimento vai crescer 16% neste ano, com o consumo das famílias crescendo 7%. O mercado internacional vai demorar a se recuperar, mas, felizmente, temos mercado interno.

Novo ciclo

2010 será um bom ano para o Brasil, de consolidação do que ocorreu nos anos anteriores. Trata-se do início de um novo ciclo de crescimento, com taxas ainda mais expressivas do que as do ciclo anterior. Entre 2003-2008, com uma taxa baixa em 2003, foram 4,2% em média de crescimento do PIB. De 2009 a 2015, dá para chegar com algo acima de 5% em média, tendo 2009 com algo próximo de zero.

Plano da habitação

No combate à crise, a política fiscal foi muito bem-sucedida porque focamos os setores. A indústria automobilística, com impacto grande na cadeia, a construção civil, materiais de construção e a linha branca. Além disso, foi lançado o Minha Casa, Minha Vida, que é um programa *sui ge-*

neris. Num momento de crise, soltamos um programa muito ambicioso, de milhão de habitações, garantindo a demanda para a baixa renda. Diminuímos a prestação abaixo do aluguel. Num primeiro momento, os empresários se assustaram. "Um milhão de casas?! Vamos fazer 100 mil..." O objetivo do programa é 1 milhão de moradias acima do que já está sendo feito, isso para estimular a cadeia da construção e sustentar empregos. Falamos para os empresários que é um desafio que eles precisam encarar. Era necessário se organizar e fazer. Eles se organizaram e estão fazendo. O Brasil era um país meio parado, sem projetos – sem projeto habitacional, sem projetos para hidrelétricas... O Minha Casa, Minha Vida veio para ficar e está sendo feito o PAC 2, com um novo conjunto de projetos.

O país está em obras. Esse negócio de que o PAC não funciona é conversa. O PAC funciona muito, estamos chegando a 1% de investimento do setor público. Somando com as empresas estatais, chega-se a 3,5%, a 4% do PIB, o que é importante.

Vanguarda da construção

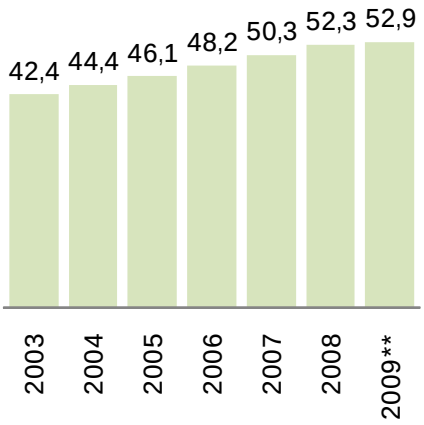
O setor da construção, que é fundamental para o capitalismo, havia sido deixado para trás e agora já está na vanguarda. É um setor que gera muito emprego, que movimenta a economia, que resolve o problema sério da casa própria, que todo cidadão quer. Por que a construção habitacional tinha dificuldade no passado? Primeiro, porque a população não tinha poder aquisitivo. Segundo, não havia crédito. Terceiro, havia incerteza jurídica. Nós conseguimos alterar essas três variáveis da equação. A população passou a ter maior poder aquisitivo, estabilidade no emprego. O crédito passou a ser mais de longo prazo, os juros foram reduzidos. Assim o crédito habitacional tem crescido em bases sólidas. Hoje há um *boom* habitacional sólido.

Doces desafios

O setor de construção pesada no Brasil não tem mão-de-obra. Faltam engenheiros, faltam pedreiros. Isso é sinal que o setor vai muito bem. É um ótimo problema a ser resolvido, pois nos Estados Unidos não tem onde empregar a mão-de-obra. O governo está investindo em escolas técnicas, construímos mais de cem – algumas em fase de finalização. As empresas procuram qualificar e o governo investiu em escolas técnicas. O orçamento do Ministério da Educação está quase R$ 40 bilhões por ano – ele era de R$ 12 bilhões. Mas há o *gap*, temos que correr atrás do prejuízo e trocar o pneu com o carro em movimento.

> "Tem que ter consumo, mas com o investimento correndo na frente. Para que haja investimento, o empresário precisa ter segurança de que terá mercado. Ele raciocina: o crédito aumenta, o emprego aumenta, então posso investir."

Classe C* no Brasil, em proporção da população total



Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. * Classe econômica com renda domiciliar per capita do trabalho habitual entre R$ 1.115 e R$ 4.807 a preços de Dez 08 por mês ** Até julho Fonte: FGV. Dados citados na apresentação Economia Brasileira em Perspectiva, do Ministério da Fazenda.

Um novo Brasil

O Brasil passou de coadjuvante a protagonista nos principais fóruns mundiais. Tive a sorte de ser presidente do G20 em 2008. E a minha proposta era transformar o G20 no fórum mais importante da economia mundial e isso aconteceu. É claro que eu tive sorte também. Quando a crise o correu, os países queriam um organismo de coordenação que não era o G7 ou o G8, pois estes não continham os principais atores, como a China, o Brasil, a Índia. O G20, mais representativo, consolidou-se com o Brasil em um papel de destaque. Estamos na lista dos credores do FMI, antes pedíamos dinheiro. O Brasil mudou completamente, tanto que tivemos que moderar o apetite dos investidores, pois, com toda essa reputação, o Brasil continuou a ser um dos poucos países que oferecem condições seguras e rentáveis.

Resgate da auto-estima

Há uma inclusão no consumo. Hoje o cidadão de baixa renda pode ter uma moto, um carro, uma casa. Com o aumento da massa salarial, da renda individual e mais crédito, a condição de vida muda da água para o vinho. Aumenta o salário, aumenta a aposentadoria e, de repente, o sujeito tem condição mais saudável. É um novo desenvolvimentismo.

Precisamos ainda de 30 anos para chegar à renda per capita satisfatória. Mas em sete anos caminhamos 20 anos. A condição de vida dos brasileiros melhorou a olhos vistos. Recuperamos a auto-estima dos brasileiros. Por sorte não fui ministro da Fazenda no passado, então teria que engolir desaforos ao pedir para renovar empréstimos. Mesmo o Plano Real, um bom plano, foi visto com suspeição pelo FMI, que não o apoiou. Hoje a gente chega lá diz que vai mudar o FMI, que vamos ter uma participação maior. Tudo isso está acontecendo. Falamos junto com os Brics, temos um foro nosso.

O brasileiro está viajando mais e é bem tratado lá fora, é visto com admiração e respeito porque o Brasil está dando certo. Hoje o Brasil é mais sério do que os países avançados que fizeram todas essas bobagens que estamos ajudando a consertar.